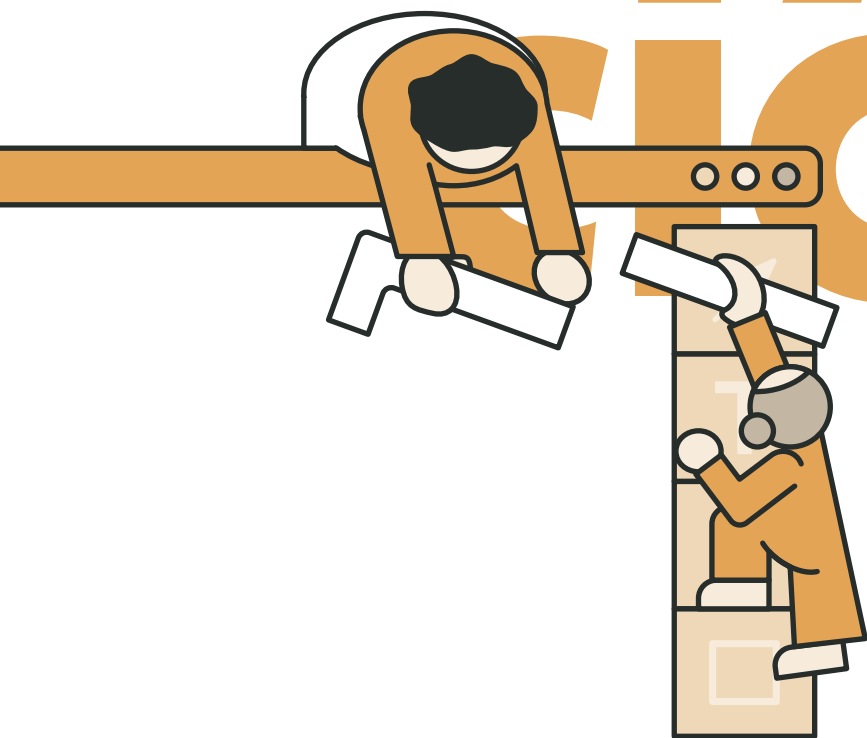
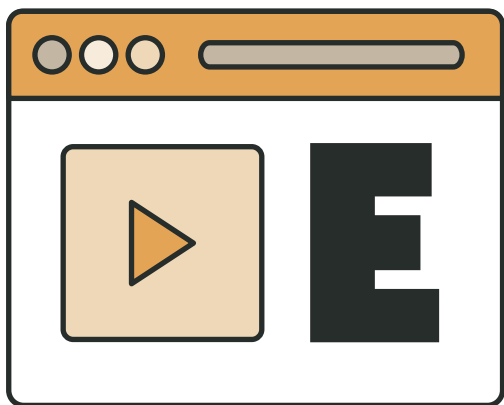


# PRE FA ZIO





Escrever o prefácio de um livro cujo tema me atravessa e que reúne textos de pessoas muito significativas no cenário nacional e em minha vida foi uma das tarefas mais difíceis que já realizei. Isso porque tudo o que eu poderia dizer parecia insuficiente para expressar a relevância desta obra. Especialmente em um contexto marcado pela celebração do ECA Digital, mas também pelo cabo de guerra com as plataformas digitais, pela persistente sombra do fascismo e por movimentos como o *Red Pill*.

Como este livro foi fruto de muita escuta, trocas e reflexões trago algumas delas misturadas às minhas, na esperança de estimular sua leitura, seu engajamento com o tema, sua pesquisa, produção, diálogo em família, projetos na escola ou no ambiente de trabalho. A ideia é mostrar que a educação digital e midiática diz respeito a todos nós; assim como a garantia de direitos de crianças e adolescentes. Porque se conseguirmos uma sociedade melhor para esse público, teremos um mundo melhor para todos.

Você não precisa ser mãe, pai ou responsável por alguém menor de 18 anos para perceber como crianças e adolescentes hoje estão diferentes daquilo que costumamos acreditar que é a infância e a adolescência. Os autores e autoras desta obra nos mostram que essa fase da vida não é apenas conectada, mas constituída em rede.

E isso não tem a ver apenas com nossas percepções. Várias pesquisas que vão da psicologia à medicina; da comunicação à pedagogia, estão mostrando alguns dados que corroboram essa nossa sensação de que enquanto a ciência avança e consegue esticar cada vez mais os anos para frente, parece que a infância está sendo amputada.

Como estamos falando de um construto histórico, cultural e social – mais precisamente uma invenção que se consolida sobretudo a partir do século XVII – será que não estaríamos passando por um daqueles momentos em que daqui a 50 anos seremos estudados como a era do desaparecimento da infância, como já profetizava o apocalíptico pensador estadunidense Neil Postman na década de 80, devido à exposição de crianças à mídia eletrônica e a fenômenos como a sua adultização?

O fato é que temos um número crescente de crianças e adolescentes com mais problemas de aprendizagem, desatenção, visão, obesidade, sedentarismo, ansiedade; crianças que brincam menos ao ar livre; que sofrem/provocam mais violência(s); que passam a ter comportamentos e valores de adultos (geram conteúdo para ganhar dinheiro; supervalorizam a aparência...) e que são cada vez mais medicadas.

De acordo com o pediatra e ativista pelos direitos da infância, Daniel Becker, a falta de concentração tem aumentado o número de crianças sendo medicalizadas a ponto de termos cerca de 30% de escolas com crianças laudadas e usando medicação. Em 10 anos o país passou a ser o segundo maior consumidor de Ritalina, perdendo apenas para os EUA. Um aumento de 775% no consumo entre 2004 e 2014. Em 2019 o consumo superou dois milhões de caixas. Mas será mesmo que o problema é com as crianças? Ou estamos interferindo no desenvolvimento cerebral desse público sem que tenhamos testado outras formas de rotina (sem contar as que realmente precisam)?

Talvez as primeiras pesquisas com resultados sobre a restrição de uso de celulares nas escolas, assim como a popularização do Guia de Telas do Governo Federal, a entrada em vigor do ECA Digital e da obrigatoriedade da Educação Digital e Midiática nas escolas, a partir de 2026, nos traga mais respostas.

De qualquer forma, vale ficarmos atentos a estudos como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA, realizado a cada três anos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico – OCDE, que mede a capacidade de estudantes de 15 anos de aplicar conhecimentos em leitura, matemática e ciências e que, a partir de 2029 passará a avaliar de forma integrada o letramento midiático e a Inteligência Artificial. Desde 2012, porém, chama atenção que o Quociente de Inteligência (QI) das gerações mais novas está em declínio. O que pesquisas estão apontando é que a capacidade de aprendizagem de crianças e adolescentes tem mudado e ela está sendo influenciada pelo ambiente digital no qual esse público se encontra. Um dos motivos pode ser o uso excessivo de telas.

Um outro dado significativo vem da última Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (PeNSE) - 2024, do IBGE em parceria com o Ministério da Saúde. Realizada com 118 mil

estudantes entre 13 e 17 anos, de escolas públicas e privadas do Brasil, ela traz entre seus resultados dados preocupantes em relação à adolescência brasileira. Um terço relatou tristeza frequente e metade sente-se irritado ou mal-humorado ao longo do dia, além de sentir-se muito preocupado com as coisas do dia a dia. Pouco mais de um quarto dos adolescentes (26,1%) afirmou sentir que ninguém se preocupa com eles e um quinto (20%) já sentiu que a vida não vale a pena ser vivida. Quase um terço dos entrevistados relatou ter sentido vontade de se automutilar e 26% das meninas relataram já ter sofrido assédio sexual. Todos os índices, inclusive, se mostraram piores quando as entrevistadas eram meninas.

Para o Becker, adolescentes sentem-se inseguros diante de um planeta que está sendo dizimado por guerras e pelo negacionismo ambiental, pela presença do fascismo, por sociedades que não garantem direitos, vínculos familiares precarizados, a presença da violência (especialmente direcionada a meninas e mulheres) e um declínio progressivo do brincar nos últimos 50 anos.

Tudo isso é um prato cheio para a adição aos dispositivos e suas armadilhas de recompensas rápidas (imediatismo) e promessas de alegria e diversão instantâneas e superficiais. Não gostou, é só mudar com um clique ou um arrastar de dedos. Não há espaço para frustração. Não se aprende a negociar! Não há tempo para a espera.

Não vivemos apenas uma era digital, mas de mediação algorítmica da infância e da juventude. O digital não é ferramenta, não é apenas um recurso pedagógico. É linguagem (que nos ajuda a organizar o pensamento), ambiente, cultura, ecossistema, território de disputa. É condição de existência social. Quando tratamos o digital como ferramenta, ele vira algo que usamos e guardamos. Mas quando o entendemos como ambiente, ele passa a ser algo que nos atravessa.

O digital é não apenas um ambiente no qual crianças e adolescentes se expressam (e exigem participação e proteção), mas o espaço onde constroem vínculos, pertencimentos e disputas simbólicas; onde também podem vivenciar exclusões, violências e desigualdades.

E se esse meio é também linguagem, então é importante que aprendam sua gramática (algoritmos, formatos, métricas); sua retórica (engajamento, viralização, performance); sua sintaxe (como as plataformas organizam sentidos); seus ruídos e silêncios que comunicam, omitem, representam.

Ensinar e aprender educação digital e midiática não é sobre “usar aplicativos”, é compreender criticamente estruturas de poder e intencionalidades; códigos que estruturam visibilidade, influência e monetização. É perceber que não acessamos,

mas vivemos o mundo digital, somos afetados por ele e, sendo assim, não podemos naturalizá-lo, nem deixar ninguém para trás. E a escola tem um papel muito importante nesse sentido.

O que muda, afinal, quando entendemos o digital como linguagem e ambiente? Que ele organiza rotinas, media afetos, estrutura consumos, molda linguagens, então, não basta controlar tempo de tela, proibir e proteger juridicamente.

É preciso formar leitores/produtores, navegadores críticos desse ambiente que entendam suas regras de convivência; se alfabetizem em seu idioma e sejam capazes de compreender suas narrativas e sotaques; dominem seu modelo de negócios e aprendam sobre seus direitos (privacidade, dados, comunicação, informação, democracia...).

Isso dialoga diretamente com educação digital e midiática como política pública; com a garantia do artigo 227 da constituição (criança como prioridade); a formação para a cidadania e a defesa da democracia. Educação digital e midiática não é um conteúdo a mais. É uma condição para a cidadania no século XXI.

Ao longo desta obra, as autoras examinam diferentes faces desse ambiente: as negociações entre adultos e crianças nas rotinas conectadas; as estratégias da comunicação mercadológica; a atuação de crianças em plataformas como o YouTube; as disputas discursivas em campanhas publicitárias, como a analisada a partir do Burger King; os movimentos institucionais em torno da educação midiática no Brasil; as transformações da leitura no contexto digital; e a presença crescente das grandes corporações tecnológicas no cotidiano escolar.

Cada capítulo é uma lente. Juntos, formam um mosaico que nos convida a deslocar o olhar: do uso para a mediação, da técnica para a cultura, da ferramenta para o ambiente e a linguagem. E, sendo assim, não podemos nos limitar a regulá-lo ou instrumentalizá-lo. Precisamos compreendê-lo e intervir nele.

Se queremos um ECA Digital que funcione, precisamos mais do que proteção jurídica. Precisamos de uma reconexão com as infâncias e adolescências. Isso significa pensar a família, a escola, o bairro, a cidade, o meio ambiente, as políticas públicas a partir do ponto de vista de crianças e adolescentes.

Esse olhar tem como fundamento a educomunicação e suas bases freirianas, com a criação e o fortalecimento de ecossistemas comunicativos, abertos, democráticos, que valorizam a escuta e as diversas formas de expressão, participação e construção de sentidos e narrativas; a dialogicidade e o reconhecimento de sujeitos históricos e inacabados em seus diferentes contextos culturais; a leitura crítica de mundo e dos textos em diferentes suportes; a produção ético-política.

Este livro é um convite a assumir esta responsabilidade coletiva: transformar a reflexão em prática pedagógica, a análise em mediação consciente, e o diagnóstico em ação ética. Se o digital é linguagem, não há neutralidade possível. Se é o ambiente que habitamos, educar para ele – e dentro dele – torna-se não uma opção, mas uma tarefa urgente e compartilhada.

**Cristiane Parente de Sá Barreto**  
*landé Comunicação e Educação*